

**EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA COM GESTÃO SOCIAL: A  
EXPERIÊNCIA DO LABORATÓRIO DE TRANSFERÊNCIA DE  
TECNOLOGIAS SOCIAIS<sup>1</sup>**

***UNIVERSITY EXTENSION WITH SOCIAL MANAGEMENT: THE  
EXPERIENCE OF THE LABORATORY OF TRANSFER SOCIAL  
TECHNOLOGIES***

Thais Soares Kronemberger<sup>2</sup>

Riyuzo Ikeda Junior<sup>3</sup>

**RESUMO**

O artigo insere-se na temática sobre a interface entre gestão social e extensão universitária tendo como principal objetivo analisar uma experiência de cursos de formação e cidadania em temas, como gestão de projetos comunitários em sustentabilidade ambiental, conselhos municipais e economia solidária desenvolvidos, desde 2011, no âmbito do Laboratório de Transferência de Tecnologia em Gestão Social. Ressalta-se que o projeto de extensão universitária teve início em 1990 pelo Programa de Estudos em Gestão Social (PEGS) da Escola Brasileira de Administração Pública e de Empresas (EBAPE) da Fundação Getúlio Vargas (FGV) em parceria com a Cáritas Arquidiocesana do Rio de Janeiro na transferência de tecnologia social de gestão para moradores e lideranças comunitárias de diversos municípios da Região Metropolitana do Rio de Janeiro. A metodologia adotada baseia-se na pedagogia emancipatória de Paulo Freire (2005), a filosofia de trabalho com comunidades de Clodovis Boff (1986), as formas de transferência de tecnologia social do Instituto de Tecnologia Social (ITS) e a pesquisa-ação de Michel Thiollent (1988). Desde a instalação do laboratório em tecnologia social destaca-se a constituição de uma rede de pesquisadores de diferentes Instituições de Ensino Superior (IESs) do estado do Rio de Janeiro na realização dos cursos de extensão; a produção de materiais didáticos sobre as temáticas dos cursos de extensão; a elaboração de projetos comunitários para o

97

---

<sup>1</sup> Artigo orientado pelo Prof. Dr. Fernando Guilherme Tenório. Pós-Doutor em Administração Pública pelo IGOP/Universitat Autònoma de Barcelona – UAB. Doutor em Engenharia da Produção pela UFRJ. Professor colaborador nas seguintes instituições de ensino superior: EBAPE/FGV, UFSC, UNIJIÚ e Professor permanente na UFT. e-mail: [fernando.tenorio@fgv.br](mailto:fernando.tenorio@fgv.br)

<sup>2</sup> Doutora em Ciências pelo Programa Binacional Brasil e Argentina em Ciência, Tecnologia e Inovação em Agropecuária, com área de concentração em Políticas Públicas Comparadas pela Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro - UFRRJ. Atualmente é Professora adjunta da Universidade Federal Fluminense - Volta Redonda no Departamento Multidisciplinar – VMD - do Instituto de Ciências Humanas e Sociais - ICHS. e-mail: [thaisk@id.uff.br](mailto:thaisk@id.uff.br)

<sup>3</sup> Doutorando em Ciência Tecnologia e Inovação em Agropecuária pela Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro - UFRRJ. e-mail: [rikedajunior@gmail.com](mailto:rikedajunior@gmail.com)

enfrentamento de problemáticas ambientais; a qualificação dos participantes para atuação em conselhos gestores, e também na formação em economia solidária.

**Palavras-chaves:** Gestão social; extensão universitária; pesquisa-ação.

### **ABSTRACT**

*The article focuses on the interface between social management and university extension, whose main objective is to analyze an experience of training courses and citizenship in themes such as management of community projects in environmental sustainability, municipal councils and solidarity economy developed since 2011, in the scope of Laboratório de Transferência de Tecnologias em Gestão social. It is noteworthy that the project for university extension began in 1990 by the Programa de Estudos em Gestão Social (PEGS) of the Escola Brasileira de Administração Pública e de Empresas (EBAPE) of the Fundação Getulio Vargas (FGV) in partnership with Cáritas Arquidiocesana do Rio de Janeiro in the transfer of social management technology to residents and community leaders of several municipalities in the Metropolitan Region of Rio de Janeiro. The methodology adopted is based on the emancipatory pedagogy of Paulo Freire (2005), the philosophy of work with communities of Clodovis Boff (1986), the forms of transference of social technology of the Instituto de Tecnologia Social (ITS) and action research of Michel Thiollent (1988). Since the installation of the laboratory in social technology, a network of researchers from different higher education institutions in the state of Rio de Janeiro has been set up to carry out the extension courses; the production of didactic material on the themes of the extension courses; the elaboration of community projects to deal with environmental problems; the qualification of the participants to act in management councils, and also in the formation in solidarity economy.*

**Keywords:** Social management; university extension; action research.

### **INTRODUÇÃO**

O texto em tela dedica-se a discutir à luz do referencial sobre gestão social e extensão universitária uma experiência de cursos de formação e cidadania em diferentes temas junto a comunidades da Região Metropolitana do Rio de Janeiro realizados pelo Programa de Estudos em Gestão Social (PEGS) da Escola Brasileira de Administração Pública e de Empresas (EBAPE) da Fundação Getulio Vargas (FGV) em conjunto com a Cáritas Arquidiocesana do Rio de Janeiro (CARJ) e demais Instituições de Ensino Superior (IES) sediadas no estado do Rio de Janeiro.

A extensão universitária pelo PEGS/EBAPE/FGV é realizada há quase trinta anos e já alcançou cerca de mil concluintes nos cursos de gestão realizados em temas, como elaboração, implementação e avaliação de projetos comunitários; qualificação da participação em conselhos municipais; sustentabilidade ambiental e, mais recentemente, economia

solidária. Soma-se a isso, a inserção da extensão universitária na formação acadêmica de discentes dos cursos de graduação em Administração, Economia e Ciências Sociais, como também de mestrado e doutorado em Administração, Administração Pública, Engenharia de Produção das IES participantes do projeto.

Desde 2011, com a implantação do Laboratório de Transferência de Tecnologias Sociais (LTTS), as atividades de extensão foram aperfeiçoadas e melhor desenvolvidas com o apoio de equipamentos de informática e multimídia, o que também possibilitou a criação de um curso de informática. Com o laboratório de informática e o auxílio financeiro em editais de pesquisa públicos<sup>4</sup>, uma rede de pesquisadores de IESs foi constituída sendo composta por docentes e discentes da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ), Universidade Federal Fluminense - Volta Redonda (UFF); Instituto Alberto Luiz Coimbra de Pós-Graduação e Pesquisa de Engenharia (COPPE) da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) e Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ).

A metodologia dos cursos de extensão universitária é baseada na pedagogia da autonomia de Paulo Freire (1992, 2005), no trabalho em comunidades de Clodovis Boff (1986) e nas formas de transferência de tecnologia social do Instituto de Tecnologia Social (ITS). Por tecnologia social compreende-se um conjunto de técnicas, metodologias transformadoras, desenvolvidas e/ou aplicadas na interação com a população e apropriadas por ela que representam soluções para a inclusão social e melhoria das condições de vida (INSTITUTO DE TECNOLOGIA SOCIAL, 2004).

A pesquisa-ação de Michel Thiollent (1988) também é adotada como método no desenvolvimento das atividades de extensão, no qual os discentes e pesquisadores têm um envolvimento orgânico e uma relação intersubjetiva com os sujeitos integrantes do processo. A pesquisa-ação é definida como um tipo de pesquisa social com base empírica, concebida e realizada em associação com uma ação ou com a investigação de um problema coletivo, no qual os pesquisadores estão envolvidos de forma participativa: “(...) com a pesquisa-ação os

---

<sup>4</sup> Edital Pró-Administração/CAPES nº09/2008; Edital nº14/2010 da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro (FAPERJ).

pesquisadores pretendem desempenhar um papel ativo na própria realidade dos fatos observados” (THIOLLENT, 1988, p. 16).

Sustentado em tal discussão, o texto está estruturado em seis seções, além desta introdução e das referências bibliográficas. A segunda seção apresenta e discute o conceito de gestão social e extensão universitária, considerados temas geradores no desenvolvimento da experiência extensionista pesquisada. A seguir, apresenta-se brevemente a metodologia de pesquisa na coleta dos dados e análise dos cursos de extensão desenvolvidos no âmbito do Laboratório de Transferência de Tecnologias Sociais. A quarta seção dedica-se a descrever os cursos de extensão em elaboração de projetos comunitários com ênfase em sustentabilidade ambiental; gestão em economia solidária e formação política e cidadania em conselhos gestores. Por fim, na última seção, são tecidas as considerações finais com destaque para a sistematização dos principais resultados alcançados na realização dos cursos de extensão analisados.

## **2. GESTÃO SOCIAL E EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA: CONSTRUINDO CONEXÕES**

A gestão social é compreendida como o processo gerencial dialógico no qual a autoridade decisória é compartilhada entre os participantes da ação em qualquer sistema social. O adjetivo social qualificando o substantivo gestão é visto como o espaço privilegiado de relações sociais no qual todos têm direito à fala, sem nenhum tipo de coação (TENÓRIO, 2008a).

Entendida como um processo dialógico, a gestão social só se fundamenta se todos os participantes da ação social admitem sua validade, ou seja, a verdade é um acordo alcançado por meio da discussão crítica, da apreciação intersubjetiva. Sob a atuação da ação comunicativa, nesse tipo de ação o indivíduo busca motivar o outro para que esse concorde com o seu argumento, sendo a linguagem utilizada como fonte de integração social (TENÓRIO, 2008b).

A teoria da ação comunicativa de Jürgen Habermas constitui a base epistemológica do conceito de gestão social. Por ação entende-se não apenas uma intervenção na realidade, o

“fazer”, mas a realização de relações sociais em uma inter-relação, sendo a comunicação o elemento essencial da ação, já que nenhuma interação social acontece sem a comunicação (REPA, 2008).

Desta forma, a ação comunicativa é compreendida em oposição à ação estratégica. Enquanto a primeira volta-se para o diálogo, para o entendimento sobre uma determinada situação, alcançado por meio de um acordo que leve ao consenso das definições; na segunda o processo é coordenado por pelo menos um dos participantes da ação, por meio de decisões que refletem interesses próprios (ARAGÃO, 1992).

Na ação comunicativa, os indivíduos, ao proporem suas questões, precisam apresentá-las sob bases racionais, ou seja, sem o exercício do poder coercitivo, no qual todos têm direitos iguais a fala, a exporem seus argumentos através da razão, discursivamente. “Quem fala expõe suas ideias de maneira racional e quem ouve reage tomando posições motivadas também pela razão” (TENÓRIO, 2002, p. 77). Nesse tipo de ação social, as pessoas envolvidas chegam a um acordo para decidir suas ações, no qual o ajuste é alcançado pelo reconhecimento intersubjetivo das pretensões de validade do discurso de cada um dos participantes.

Pode-se dizer que o conceito de gestão social está diretamente relacionado com a extensão universitária uma vez que esta última é compreendida como uma construção ou (re)construção de conhecimento, envolvendo, além de discentes e docentes, representantes de outros espaços e culturas, perspectivas e níveis de educação diferenciados. A construção extensionista não se limita a universidade, abrange uma diversidade de públicos externos com os quais é necessário estabelecer uma interlocução para a identificação de problemas, troca de informações e proposições, enfim, um processo que desde o seu início ocorre de forma coletiva (THIOLLENT, 2002).

A ótica da gestão social se alinha às perspectivas pedagógicas de Paulo Freire (1992; 2005), pois adota o procedimento dialógico de comunicação interativa entre educador e educado. Freire (1992) também destaca que a extensão é realizada para a conscientização das problemáticas sociais e da transformação da realidade. Mas, para que haja efetivo benefício ao

mundo das contribuições extensionistas, a construção de conhecimento pela prática da extensão deve ser pensada como um processo dialógico.

Freire (1992) acredita que a comunicação só consegue ser incisiva, convincente e internalizada na realidade social quando a prática de extensão estiver presente. O educador/professor/pesquisador/extensionista deve reconhecer a flexibilidade em lecionar/transmitir/educar/ensinar e acreditar na troca de experiências entre o aluno/destinatário do conhecimento/educado.

Freire (2002) propõe uma prática pedagógica em favor da reflexão crítica, da ética, do respeito à dignidade, ao saber e à autonomia do educando, ou seja, uma pedagogia da emancipação do sujeito, da construção conjunta do conhecimento entre educando e educador.

Ainda sobre a interface entre gestão social e extensão universitária, outro ponto diz respeito à busca pelo bem comum. Este constitui a finalidade de uma gestão democrática e participativa uma vez que a legitimidade das decisões deve ter origem em processos de discussão, orientados pelos princípios da inclusão de segmentos tradicionalmente excluídos, do pluralismo e da igualdade participativa entre membros participantes, da autonomia do indivíduo e do bem estar da comunidade (TENÓRIO, *et al*, 2008).

O mesmo ocorre no campo da extensão universitária, pois a prática pedagógica está a serviço de um processo transformador, emancipatório e democrático, desenvolvida por meio do diálogo e do respeito cultural local (SERRANO, 2011). Como destaca Boff (1986), trabalhar com a comunidade é buscar a emancipação social e tecer relações dialógicas, participativas e inclusivas. É provocar e fomentar o processo de reflexão conjunto com os membros do povo a partir das experiências vivenciadas por cada indivíduo.

Para tanto, o binômio universidade-sociedade cumpre um papel importante no processo educativo emancipatório, pois a extensão universitária constitui um dos pilares da razão de ser de uma IES (GADOTTI, 2017; DEL-MASSO *et al*, 2015) que deverá desenvolver a construção do conhecimento pela integração entre universidade-ambiente no qual está inserida, além de devolver esse saber à sociedade (JANTKE; CARO, 2003).

### 3. METODOLOGIA

O artigo possui abordagem qualitativa e realiza uma revisão bibliográfica de investigação descritiva em torno dos temas sobre extensão universitária e gestão social, especialmente, quanto à contribuição da metodologia de trabalho em comunidades por Boff (1986) e da pedagogia emancipatória de Freire (1992; 2002).

A pesquisa-ação consiste no método dos cursos de extensão universitária desenvolvidos no Laboratório de Transferência de Tecnologias Sociais ao pressupor uma interação e cooperação entre os diversos atores. Ao considerar esse pressuposto, a metodologia de pesquisa e extensão adquire um caráter participativo, inclusive no plano subjetivo. Além disso, considera-se que a metodologia participativa assume dimensões da crítica, da reflexividade e da emancipação (THIOLLENT, 2002).

A investigação para este artigo foi delimitada por três tipos de cursos de extensão, a saber: (1) gestão comunitária com ênfase em sustentabilidade ambiental; (2) formação política e cidadania em conselhos municipais; (3) gestão da economia solidária, e também pelo recorte temporal da década atual devido a maior quantidade de registros de informações coletadas.

A observação participante foi a técnica considerada pelos pesquisadores na realização da pesquisa de campo no registro das informações para a compreensão da realidade vivenciada pelos participantes nos cursos de extensão (MINAYO, 2013).

As informações também foram coletadas pelas fichas de inscrição que possuem dados gerais sobre os inscritos no curso (faixa etária, local de residência, existência de vínculo associativo), além de formulários de avaliação aplicados ao final de cada curso tendo por finalidade captar a percepção dos participantes em relação aos conteúdos discutidos, material didático adotado, atuação dos facilitadores no processo de aprendizagem, e também sobre as atividades propostas em cada temática trabalhada.

A discussão dos resultados seguiu a análise descritiva e a interpretação das informações foi realizada ao longo do processo de investigação buscando articular os dados coletados com o propósito da pesquisa e à sua fundamentação teórica (GOMES, 2013).

#### 4. LABORATÓRIO DE TRANSFERÊNCIA DE TECNOLOGIAS SOCIAIS

Em 2011, para melhor desenvolvimento das atividades de extensão universitária que já vinham sendo realizadas pelo PEGS/EBAPE/FGV desde 1990 em parceria com Cáritas Arquidiocesana do Rio de Janeiro, foi implementado um laboratório de informática tendo por finalidade garantir infraestrutura física e apoio tecnológico para a realização dos cursos de extensão. Denominado Laboratório de Transferência de Tecnologias Sociais<sup>5</sup>, os equipamentos – computadores, laptops, datashow e sistema de áudio – além do acesso à internet contribuíram para o aperfeiçoamento das atividades, além de inaugurar a oferta de cursos de informática.

A implantação do Laboratório de Transferência de Tecnologias Sociais possibilitou a formação de uma rede de pesquisadores pertencentes a cinco IESs sediadas no estado do Rio de Janeiro: EBAPE/FGV; UFRRJ; UFF Volta Redonda; COPPE/UFRJ e UERJ.

O desenvolvimento dos cursos de extensão – gestão comunitária com ênfase em sustentabilidade ambiental; formação política e cidadania em conselhos municipais; gestão e economia solidária e informática básica - conta com a participação de professores e estudantes de graduação e pós-graduação com formação em diversas áreas do conhecimento: Economia, Administração, Administração Pública, Ciências Sociais e Engenharia de Produção.

Ao total, desde 1990, os cursos de extensão já contaram com mais de mil concluintes residentes em diversos municípios da Região Metropolitana do Rio de Janeiro em diferentes níveis de escolaridade, como ensino fundamental e curso superior completo. Soma-se a isso, a realização de edições do curso sobre a temática dos conselhos gestores em municípios localizados no interior do estado do Rio de Janeiro, como: Volta Redonda, Resende, Maricá, Nova Friburgo e Valença.

A seguir, os cursos de extensão desenvolvidos nos últimos anos no Laboratório de Transferência de Tecnologias Sociais serão apresentados na seguinte ordem: (i) gestão comunitária com ênfase em sustentabilidade ambiental; (ii) formação política e cidadania: os

---

<sup>5</sup> Edital nº14/2010 da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro (FAPERJ).

conselhos municipais como referência e (iii) gestão e economia solidária com destaque para a descrição do perfil do público participante, conteúdo programático, metodologia de aprendizagem e resultados alcançados.

#### **4.1. O Curso Gestão Comunitária com Ênfase em Sustentabilidade Ambiental**

O curso “Gestão Comunitária com Ênfase em Sustentabilidade Ambiental” teve início em 2013 e conta com a participação de estudantes de pós-graduação (mestrado e doutorado) e professores na área de Engenharia de Produção do Laboratório de Sistemas Avançados em Gestão (SAGE) da COPPE/UFRJ, além de pesquisadores do PEGS/EBAPE/FGV e das demais IESs sediadas no estado do Rio de Janeiro, como UERJ e UFRRJ. Tais pesquisadores atuam como facilitadores no processo de aprendizagem tanto no conteúdo de sustentabilidade ambiental para aqueles com formação em engenharia de produção quanto em técnicas de elaboração de projetos sociais para os docentes e discentes na área de conhecimento em ciências sociais aplicadas.

O principal objetivo do curso consiste na elaboração de projetos comunitários em sustentabilidade ambiental pelo público participante. Busca-se a conscientização da população acerca dos problemas ambientais vivenciados em suas localidades de residência e atuação, como também a reflexão sobre estratégias de redução de tais problemáticas pelo referencial da gestão social, a partir da construção de uma proposta de intervenção social.

Por projeto comunitário entende-se um conjunto de ações organizadas, que através da participação da comunidade atenderá as necessidades vivenciadas e solucionar problemas de abrangência coletiva. O projeto deve ter uma estratégia de ação na qual a comunidade deixa de ser o sujeito passivo para ser o sujeito determinante do processo de transformação de sua condição socioeconômica e política (TENÓRIO, 1995, p. 18).

Sobre o público participante, no período de 2013-2018, destaca-se a presença significativa das mulheres com percentual de inscrições acima de 60% em todas as edições do curso. Os dados por ano revelam que em 2013 o percentual alcançou 70%; em 2014, 64%; em 2016, 73%; em 2017, 62% e, em 2018, 80% do público feminino como participante.

Quanto à localidade de residência dos participantes há uma representatividade em diversos bairros do município do Rio de Janeiro, com destaque para as Zonas Norte e Oeste consideradas mais vulneráveis em aspectos socioeconômicos, como também na prestação de serviços públicos. Em termos de abrangência estadual há também maior número de participantes que residem nos municípios da Região Metropolitana do Rio de Janeiro, com destaque para Itaguaí, Duque de Caxias, Nova Iguaçu, Japeri e Belford Roxo.

O curso possui 40 horas e é dividido em dois módulos sendo o primeiro dedicado a temas com foco em sustentabilidade ambiental, enquanto o segundo está direcionado ao método de elaboração de projetos sociais. De forma geral, a ementa do curso aborda conteúdos sobre: problemas ambientais; ciclo de vida do produto; resíduos sólidos e desperdício alimentar, além da Política Nacional de Resíduos Sólidos (Lei Nº 12.305/2010). Soma-se a isso, o aprendizado sobre as etapas e elementos necessários para a elaboração de um projeto que compreende as fases de identificação (levantamento de informações para a construção do diagnóstico, caracterização do problema ambiental, definição de objetivos a serem alcançados, beneficiários, recursos necessários); viabilidade (técnica, econômica, financeira, gerencial, social e ecológica); descrição do projeto com a redação de todos os elementos que o constituem (incluindo justificativa, metodologia, parcerias e financiadores, cronograma de atividades, programação orçamentária, acompanhamento e avaliação) e, por fim, a etapa de análise destinada à verificação a proposta do projeto em atender as necessidades da comunidade.

Além do referencial teórico sobre sustentabilidade e metodologia de projetos, o curso possui uma parte prática com a programação de visitas técnicas à projetos sociais, e também realização de atividades sobre situações-problema na temática ambiental que exigem pesquisa e discussão em grupo na definição da melhor proposta a ser desenvolvida para enfrentamento do problema.

O material didático foi desenvolvido especialmente para o curso e elaborado em forma de texto de apoio pelos facilitadores participantes do Laboratório de Transferência de Tecnologias Sociais. Os conteúdos na área de sustentabilidade ambiental foram elaborados

pelos discentes de pós-graduação do SAGE/COPPE/UFRJ devido à experiência em pesquisa adquirida sobre temas, como resíduos sólidos, logística reversa e ciclo de vida de produtos. Já a parte dedicada ao método para elaboração de projetos sociais contou com a atuação de docentes e discentes do PEGS/EBAPE/FGV e das demais IESs participantes pertencentes a cursos de formação na área de Ciências Sociais Aplicadas e Interdisciplinar.

Importante destacar que os textos foram lidos e discutidos junto ao público participante em quatro edições dos cursos de extensão, a fim de alcançar um formato didático de material de apoio. Após revisões, o material foi publicado em formato de livro e conta com uma seção especial dedicada aos projetos comunitários em sustentabilidade ambiental elaborados pelos participantes do curso<sup>6</sup>.

A metodologia de aprendizagem adotada na elaboração dos projetos comunitários segue a pedagogia de Freire (2005), ou seja, o respeito aos saberes e a autonomia do educando como forma de produção do conhecimento. Portanto, valoriza-se o diálogo ao invés do monólogo, a construção coletiva em detrimento da atuação individual, a inclusão e o pluralismo de segmentos participantes, assim como preconiza a gestão social, durante os encontros promovidos pelo curso de extensão (TENÓRIO *et al*, 2008).

Ao total, no período de 2013 a 2018, o curso contou com 121 inscritos tendo 63 concluintes e 21 projetos comunitários elaborados sobre problemáticas ambientais vivenciadas pelo público participante. O quadro abaixo destaca os diversos temas dos projetos comunitários em sustentabilidade ambiental organizados por ano de edição do curso de extensão:

Ano de Edição	Projetos Comunitários em Sustentabilidade Ambiental
2013	Produção de húmus a partir de podas de árvores e rejeitos orgânicos, utilizando o processo de compostagem na Baixada Fluminense.
	Promoção de campanha de conscientização aos moradores com relação ao descarte

<sup>6</sup> TENÓRIO, F.G.; VALLE, R. **Gestão comunitária com ênfase em sustentabilidade ambiental**. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2018.

	adequado de lixo na rede de esgoto e sensibilização dos órgãos públicos quanto a manutenção da rede no município de São Gonçalo.
	Implantação da coleta do óleo de cozinha no bairro Rocha do município de São Gonçalo-RJ.
2014	Reestruturação do espaço da Paróquia Sagrada Família para promoção do descarte adequado e reciclagem de resíduos sólidos no bairro Taquara, Zona Oeste do Rio de Janeiro.
	Reaproveitamento de óleo de cozinha para confecção de sabão lava-louças no município de Itaguaí-RJ.
	Manutenção das margens do rio Faria-Timbó e realização da coleta seletiva no bairro Engenho da Rainha, Zona Norte do Rio de Janeiro
	Mutirão de limpeza urbana junto aos moradores e realização de campanhas para o incentivo a reciclagem nas residências no bairro Oswaldo Cruz, Zona Norte do Rio de Janeiro.
2016	Criação de um grupo de geração de renda pela economia sustentável e solidária na comunidade Guandu do Sena no bairro de Bangu, zona Oeste do RJ.
	Coleta Seletiva na Comunidade Corte Oito no município de Duque de Caxias-RJ.
	Educação Ambiental para melhor utilização dos recursos hídricos nas paróquias do vicariato norte, subúrbio e oeste do município do Rio de Janeiro.
2017	Recuperação ambiental, replantio e recomposição paisagística no entorno da praça de Santa Maria no bairro da Taquara, Zona Oeste do município do Rio de Janeiro.
	Captação de águas pluviais e reuso da água.
	Óleo meu lindo na Paróquia Nossa Senhora do Desterro no bairro Campo Grande, Zona Oeste do Rio de Janeiro.
	Rua limpa, rua linda: conservação da limpeza urbana na rua Pedro Américo no bairro do Catete-RJ.
	Colhendo saúde: hortas domiciliares nas Paróquias São José e Nossa Senhora das Dores no município do Rio de Janeiro.
2018	Educação ambiental no Colégio Santa Teresa de Jesus.
	Muro sustentável na Aldeia Maracanã.
	Reaproveitamento de resíduos orgânicos na cozinha da Casa de Saúde São José.
	Reutilização de óleo de cozinha na comunidade Jardim Bela Vista, Campo Grande – RJ.
	Reaproveitamento de resíduos orgânicos com ênfase em reeducação alimentar na Creche Nossa Senhora da Cabeça, Nova Iguaçu- RJ.

**Quadro 1** – Projetos Comunitários em Sustentabilidade Ambiental

**Fonte:** Elaboração dos autores.

De forma geral, em trabalho anterior sobre a análise das ações de extensão do PEGS/EBAPE/FGV, Cruz *et al* (2011) destacam os aspectos dessa experiência que guardam relação com o referencial sobre extensão universitária: a interface entre universidade-sociedade no processo de produção de conhecimento; a valorização da participação social e da cidadania ao longo da aprendizagem; o desenvolvimento de ações de intervenção social em prol do bem-estar da comunidade.

No curso de gestão comunitária com ênfase em sustentabilidade ambiental pode-se perceber que a extensão universitária é conduzida pela ação de pesquisadores, docentes e discentes na construção do conhecimento pela interação entre universidade e sociedade, com o intuito de transformação da realidade social. Soma-se a isso, a qualificação dos participantes em conteúdos sobre elaboração de projetos que permite a reflexão sobre os problemas ambientais vivenciados em diferentes locais, bem como a construção de estratégias de enfrentamento para tais problemáticas. Destaca-se também, a mobilização e a organização social dos participantes em seus respectivos bairros e localidades em torno de um projeto comum que beneficie a comunidade à luz do referencial da gestão social.

#### **4.2. Curso Formação Política e Cidadania: os Conselhos Municipais como Referência.**

O curso “Formação Política e Cidadania: os Conselhos Municipais como Referência” possui como principal objetivo mobilizar e qualificar a população para atuar em conselhos municipais de políticas públicas tendo por finalidade contribuir com o potencial democrático e participativo destas instâncias.

É por meio do trabalho conjunto com a comunidade na troca de saberes sobre a importância da participação de representantes da sociedade civil nestes espaços e da conscientização crítica pela comunidade da dinâmica de funcionamento dos conselhos que o curso pretende alcançar seu objetivo.

A realização do curso justifica-se pelos diversos entraves presentes no funcionamento dos conselhos que comprometem as características inovadoras do ponto de vista democrático-

participativo desses espaços. Dentre tais entraves, destaca-se: a presença de uma cultura política autoritária e antidemocrática; a dicotomia consulta *versus* deliberação, percebida na centralidade do Poder Executivo local neste processo; o predomínio de uma razão tecnoburocrática; a falta de qualificação técnica e política especializada para o exercício da função de conselheiro; a frágil inclusão e rotatividade de novos membros e respectivas entidades como representantes da sociedade (DAGNINO, 2002).

O caminho para solucionar tais entraves pode ser perseguido pela mobilização para a participação efetiva de representantes da sociedade civil nesses espaços públicos, buscando e fazendo valer o direito à cidadania (LABRA, 2009).

Nesse sentido, ressalta-se o papel da universidade em atividades de ensino, pesquisa e extensão, principalmente a partir desta última, na medida em que tal mobilização da sociedade pode ser potencializada junto à sociedade no exercício de uma prática pedagógica em favor da reflexão crítica e do caráter eminentemente político da educação. Um dos objetivos da extensão universitária é possibilitar a passagem da “consciência ingênua” para a “consciência crítica” num processo de diálogo, de respeito aos saberes e da autonomia do educando (FREIRE, 1980).

O curso é realizado desde 2011, possui carga horária total de 40 horas e conta com oito temáticas em seu conteúdo programático: (i) conceito de gestão social e sua aplicação nos conselhos municipais; (ii) trajetória das políticas sociais e o papel da burocracia; (iii) noções sobre a Constituição Federal de 1988 e rupturas com o modelo anterior de cidadania; (iv) dinâmica política dos atores sociais; (v) composição, funções e institucionalização dos conselhos municipais; (vi) transparência e controle social; (vii) papel dos conselheiros de políticas públicas; (viii) avanços e dificuldades existentes na atuação dos conselhos gestores.

Cada temática é mediada por docentes e discentes pertencentes às IESs participantes do LTTS – EBAPE/FGV, UFF Volta Redonda, UFRRJ – além da participação da Controladoria Geral da União (CGU) no Rio de Janeiro em uma das temáticas do curso sobre transparência e controle social. Destaca-se a realização de atividades práticas e dinâmicas com a utilização de tecnologias digitais tendo por finalidade reforçar e aplicar os principais

conceitos abordados. As experiências individuais são discutidas e colocam em evidência questões relevantes para o fomento a participação da população nos conselhos municipais.

Essa perspectiva interativa se aplica ainda ao material didático elaborado especialmente para o curso, num processo dialógico que contou com a contribuição dos alunos, a partir da leitura e do debate crítico norteado pela aproximação entre teoria e prática sobre as questões que envolvem a construção da cidadania e o fortalecimento da relação Sociedade-Estado. Ressalta-se que o material didático recebeu o apoio da FAPERJ – Edital nº 08/2012 Programa de Apoio à Produção de Material Didático para Atividades de Ensino e/ou Pesquisa – e também do Programa Pró-Administração/CAPES Edital nº09/2010 - para publicação em forma de livro<sup>7</sup>.

Ao final do curso, os participantes frequentam em grupo uma reunião ordinária de um dos conselhos gestores do município do Rio de Janeiro, a fim de relacionarem o conhecimento adquirido no curso com a prática de funcionamento desses arranjos institucionais.

Sobre o perfil dos inscritos, nas duas últimas edições do curso realizadas em 2017 e 2018, observa-se um maior número de participantes na faixa etária de 47 a 57 anos (38%) seguido daqueles possuem entre 58 a 68 anos (24%). São menores os percentuais de inscritos com idade de 25 a 35 anos (10%), 36 a 46 anos (14%) e 69 a 80 anos (14%).

Em relação à localidade de residência, nas três últimas edições do curso, diversos municípios da Região Metropolitana do Rio de Janeiro foram registrados nas fichas de inscrição, com destaque para Niterói, Rio de Janeiro, Maricá e São Gonçalo.

Ao longo das edições do curso podem ser percebidos resultados que contribuíram para o alcance do seu objetivo principal, em especial, no fortalecimento da cidadania participativa ao estabelecer ações de conscientização junto à comunidade sobre a importância do envolvimento da população em instâncias decisórias (KRONEMBERGER *et al.*, 2012). Ao total, no período 2011-2018, cerca de 150 participantes concluíram o curso.

---

<sup>7</sup> TENÓRIO, F. G.; KRONEMBERGER, T. S. (org.). **Gestão social e conselhos gestores**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2016.

O curso, enquanto prática extensionista, tem se caracterizado como um instrumento para a conscientização da comunidade acerca da importância da participação em conselhos municipais e sobre os entraves presentes na dinâmica de funcionamento desses arranjos institucionais. Soma-se a isso, a percepção da comunidade sobre os conselhos como espaços de reivindicações de direitos e de participação da sociedade no processo deliberativo e de acompanhamento das políticas públicas junto ao Estado.

Ressalta-se ainda, a partir da constituição e do desenvolvimento desse curso, que foram estabelecidas parcerias com a UFRRJ e a UFF – Volta Redonda, situadas em municípios do interior do estado do Rio de Janeiro, por meio de projetos de pesquisa com a finalidade de promover a ampliação e a interiorização dessa atividade de extensão. Somado ao apoio da Cáritas Arquidiocesana do Rio de Janeiro (CARJ), o curso já foi realizado nos municípios de Volta Redonda, Resende, Valença, Maricá e Nova Friburgo.

Destaca-se a inserção dos participantes do curso em conferências e conselhos municipais do Rio de Janeiro, além da qualificação na participação daqueles que já atuam como conselheiros municipais e distritais, estes últimos na área de saúde.

### **4.3. Curso Gestão e Economia Solidária**

A temática da economia solidária constitui o mais recente tema abordado nos cursos de extensão pelo PEGS/EBAPE/FGV e sua realização foi incentivada pela atuação da Cáritas Arquidiocesana do Rio de Janeiro como membro da sociedade civil no Conselho Estadual de Economia Solidária do Rio de Janeiro. Este último constitui um órgão colegiado, com funções deliberativas e fiscalizatórias, vinculado à Secretaria Estadual de Trabalho e Renda cuja finalidade é o fomento e o fortalecimento da política pública economia solidária<sup>8</sup>.

A economia solidária contrapõe-se ao modelo econômico capitalista e constitui um modo de produção cuja propriedade é coletiva ou associada. É compreendida como uma organização coletiva autogestionária em que os próprios trabalhadores são os proprietários

---

<sup>8</sup> RIO DE JANEIRO. SECRETARIA DE ESTADO DE TRABALHO E RENDA. CONSELHO ESTADUAL DE ECONOMIA SOLIDÁRIA DO RIO DE JANEIRO. Regimento Interno do Conselho Estadual de Economia Solidária do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro 16 de fevereiro de 2016. Disponível em: [http://www.silep.planejamento.rj.gov.br/deliberacao\\_ceesn\\_001\\_-\\_160220.htm](http://www.silep.planejamento.rj.gov.br/deliberacao_ceesn_001_-_160220.htm) Acesso em 30 de junho de 2016

dos meios de produção e devem agir de forma coletiva seja no momento da repartição dos recursos seja no processo de tomada de decisão (SINGER, 1996).

Neste sentido, a finalidade do curso consiste em promover a formação e o conhecimento em economia solidária na disseminação dos valores democráticos, solidários e autogestionários característicos do processo produtivo, do formato de gestão e da produção de bens e serviços de uma economia do bem viver.

A primeira edição do curso ocorreu em 2018 e contou com 48 inscritos tendo 30 concluintes. Ressalta-se que uma parcela significativa dos participantes já estavam inseridos em práticas no campo da economia solidária sendo que 34% integram espaços de discussão sobre a temática do curso, como o conselho estadual e os fóruns municipais em economia solidária, enquanto 65% participam de outros espaços associativos não relacionados a economia solidária, como organizações do terceiro setor, coletivos, redes e fóruns de discussão. Destaca-se também a participação de membros da Secretaria de Trabalho e Renda do estado do Rio de Janeiro no curso de extensão em economia solidária.

Ainda em relação ao perfil dos participantes, 73% são mulheres e a maior parte do total de inscritos reside na Zona Norte do município do Rio de Janeiro, seguido da Zona Oeste e de outros municípios da Região Metropolitana do Rio de Janeiro. Desta forma, a localidade dos participantes guarda semelhança com o curso de extensão sobre gestão comunitária com ênfase em sustentabilidade ambiental.

Em relação ao conteúdo programático, o curso de gestão em economia solidária é composto pelos seguintes temas: (i) histórico e construção do conceito de economia solidária; (ii) movimento da economia solidária e suas formas de articulação; (iii) política pública de economia solidária; (iv) educação popular e economia solidária; (v) natureza e aspectos legais dos empreendimentos de economia solidária; (vi) desafios da autogestão, relações interpessoais e racionalidade econômica; (vii) comercialização, prestação de serviços e construção de redes na economia solidária; (viii) finanças solidárias e, por fim, (ix) incubadoras tecnológicas e cooperativas populares.

Assim como nos demais cursos de extensão desenvolvidos pelo Laboratório de Transferência de Tecnologias Sociais, a metodologia de aprendizagem é estruturada em encontros dedicados ao conteúdo dos temas listados acima, além de aulas práticas com a realização de atividades de pesquisa e questões para debates relacionados ao campo da economia solidária. Há ainda a realização de uma visita técnica na Cooperativa de Trabalho e Produção de Catadores de Materiais Recicláveis de Irajá-RJ (COOPFUTURO). Sobre esta última, os participantes do curso demonstraram curiosidade em saber sobre o surgimento da cooperativa, apoiadores e financiadores, forma de gestão e processo de produção.

Ao longo do curso, o referencial sobre gestão social e sua compreensão enquanto uma prática dialógica, democrática e participativa no processo de tomada de decisão coletiva esteve presente no conteúdo programático sobre economia solidária, especialmente, no fazer solidário, na interação entre os membros participantes e na autogestão dos empreendimentos econômicos solidários.

Na percepção dos participantes, a importância da economia solidária pode ser percebida nos trechos destacados abaixo que foram retirados do formulário de avaliação aplicado ao final do curso:

Um meio do desenvolvimento humano e inclusão social. Ajudando no desenvolvimento local. (E1).

A economia solidária cria um referencial de práticas e de valores construídos coletivamente, de forma autônoma e independente frente a uma economia de mercado. (E2).

Modelo de organização com desenvolvimento, cidadania e inclusão social. (E3)

A importância da economia está diretamente relacionada a uma sociedade mais humanizada, igualitária e possível. (E5)

Observa-se que os valores da economia solidária destacados acima pelos participantes do curso podem ser identificados em Singer (2002) quando discorre sobre a propriedade coletiva, a cooperação entre os trabalhadores, a solidariedade e a igualdade como princípios básicos da economia solidária, além da importância sobre a disposição de mecanismos estatais de redistribuição solidária da renda.

## 5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A experiência de extensão universitária analisada diz respeito à realização de cursos junto a comunidades da Região Metropolitana do Rio de Janeiro em temáticas como: gestão comunitária em sustentabilidade ambiental, formação e cidadania em conselhos municipais, gestão e economia solidária. Tais cursos de extensão são desenvolvidos no âmbito do Laboratório de Transferência de Tecnologias Sociais, sob a organização do PEGS/EBAPE/FGV, em conjunto com a Cáritas Arquidiocesana do Rio de Janeiro e quatro universidades públicas sediadas no estado do Rio de Janeiro.

A trajetória da experiência de extensão universitária teve início em 1990 e na década atual alcançou os seguintes aperfeiçoamentos: (i) implementação de um laboratório de informática com equipamentos multimídia; (ii) formação e qualificação do público participante, sobretudo moradores e lideranças comunitárias em diversos municípios da Região Metropolitana do Rio de Janeiro, em conteúdos sobre elaboração de projetos sociais com ênfase em sustentabilidade ambiental, conselhos municipais e economia solidária; (iii) diversificação dos cursos de gestão em temas considerados relevantes, a partir das problemáticas vivenciadas pelos participantes em suas respectivas realidades sociais; (iv) elaboração de projetos comunitários direcionados a redução das problemáticas ambientais vivenciadas pelos participantes do curso; (v) trabalho em forma de rede por uma equipe de pesquisadores – discentes e docentes – em diferentes formações acadêmicas, o que possibilitou o diálogo e a construção coletiva do conhecimento por uma perspectiva interdisciplinar; (vi) produção de materiais didáticos elaborados pela metodologia da pesquisa-ação, no qual discentes e pesquisadores estão envolvidos de forma permanente com o público participante.

A base para o desenvolvimento e a disseminação das atividades de extensão descritas neste texto é a gestão social como um processo de tomada de decisão coletiva, sem coerção, baseada na inteligibilidade da linguagem, no diálogo entre os envolvidos e no entendimento esclarecido como processo, na transparência de informações e ações e na emancipação como finalidade (CANÇADO, TENÓRIO, PEREIRA, 2011).

A gestão social só adquire sentido quando envolve a comunidade na construção coletiva do conhecimento pela extensão universitária e quando estabelece conexão com a pedagogia emancipatória de Paulo Freire (1992; 2005); o trabalho em comunidades de Clodovis Boff (1986) e o referencial sobre tecnologia social na construção de metodologias transformadoras que promovam a inclusão social com a participação da comunidade.

## REFERÊNCIAS

- ARAGÃO, L. M. C. **Razão comunicativa e teoria social crítica em Jürgen Habermas**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1992.
- BOFF, C. **Como trabalhar com o povo: metodologia do trabalho popular**. Petrópolis: Vozes, 1986.
- CANÇADO, A.; TENÓRIO, F. G.; PEREIRA, J. R. Gestão social: reflexões teóricas e conceituais. **Cad. EBAPE.BR**, v. 9, nº 3, artigo 1, Rio de Janeiro, Set. 2011
- CRUZ, B. P. A.; MELO, W. S.; MALAFAIA, F. C. B.; TENÓRIO, F. G. Extensão Universitária e Responsabilidade Social: 20 anos de experiência de uma Instituição de Ensino Superior. **Revista de Gestão Social e Ambiental**, São Paulo, v. 5, n. 3, p. 03-16, set/dez. 2011.
- DAGNINO, E. Participação política em conselhos gestores de políticas sociais no Paraná. In: PERISSINOTTO, R.; FUKS, M. **Democracia: teoria e prática**. Rio de Janeiro: Relume Dumará; Curitiba, PR: Fundação Araucária, 2002
- DEL-MASSO, M. C. S., GALHARDO, E., ROVEDA, J.A.F., ZUANON, A. C. C. Extensão Universitária a as Demandas Sociais. **Revista Ciência Extensão**, v.11, n.1, p.2-7, 2015.
- FREIRE, P. **Pedagogia da Autonomia: saberes necessários à prática educativa**. 31. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2005.
- FREIRE, P. **Extensão ou comunicação?** 10. ed. São Paulo: Paz e Terra, 1992.
- FREIRE, P. **Conscientização: teoria e prática da libertação**. São Paulo: Moraes, 1980.
- GADOTTI, M. **Extensão Universitária: Para quê?**. São Paulo: Instituto Paulo Freire, 2017.
- GOMES, R. Análise e interpretação de dados de pesquisa qualitativa. In: MINAYO, M.C.S.; DESLANDES, S.F.; GOMES, R. **Pesquisa Social: teoria, método e criatividade**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2013.
- INSTITUTO DE TECNOLOGIA SOCIAL. **Tecnologia social: uma estratégia para o desenvolvimento**. Fundação Banco do Brasil. Rio de Janeiro, 2004.
- JANTKE, R. V.; CARO, S. M. P. A Extensão e o Exercício da Cidadania. In: SÍVERES, Luiz (Org.) **A extensão universitária como princípio de aprendizagem**. Brasília: Liber, 2013.

Disponível em: <http://unesdoc.unesco.org/images/0023/002320/232083por.pdf>. Acesso em: 29 de junho de 2019.

KRONEMBERGER et al. Os Conselhos Municipais de Políticas Públicas sob o Olhar da Comunidade: uma Experiência de Extensão Universitária. **Revista Desenvolvimento em Questão**, Ijuí-RS, v. 10, n. 21, p. 146-177, 2012.

LABRA, M.E. Política nacional de participação na saúde; entre a utopia democrática do controle social e a práxis predatória do clientelismo empresarial. In: FLEURY, S; LOBATO, L.V.C (Orgs). **Participação, democracia e saúde**. Rio de Janeiro: Editora Cebes, 2009.

MINAYO, M.C.S. Trabalho de campo: contexto de observação, interação e descoberta. In: MINAYO, M.C.S.; DESLANDES, S.F.; GOMES, R. **Pesquisa Social: teoria, método e criatividade**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2013.

REPA, L. Jürgen Habermas e o modelo reconstrutivo de teoria crítica. In: NOBRE, Marcos (org.). **Curso livre de Teoria Crítica**. Campinas, SP: Papirus, 2008.

SERRANO, R. M. S. M. **Conceitos de extensão universitária: um diálogo com Paulo Freire**. Disponível em:

[https://issuu.com/praticasintegraisnutricao/docs/conceitos\\_de\\_extens\\_\\_o\\_universit\\_\\_r](https://issuu.com/praticasintegraisnutricao/docs/conceitos_de_extens__o_universit__r) Acesso em: 30 de junho de 2019.

SINGER, P. **Introdução a economia solidária**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2002.

TENÓRIO, F. G. et al. Critérios para a avaliação de processos decisórios participativos deliberativos na implementação de políticas públicas. In: Encontro de Administração Pública e Governança, 3, 2008, Salvador. **Anais...** Curitiba: ANPAD, 2008.

TENÓRIO, F. G.; Gestão Social: conceito. In: TENÓRIO, F. G.; KRONEMBERGER, T. S. (org.). **Gestão Social e conselhos gestores**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2016.

TENÓRIO, F. G. **Tem razão a administração? Ensaios de teoria organizacional**. 3.ed. rev. e ampl. Ijuí: Editora Unijui, 2008a.

TENÓRIO, F. G. **Um espectro ronda o terceiro setor: o espectro do mercado. Ensaios de gestão social**. 3.ed. rev. e ampl. Ijuí: Editora Unijui, 2008b.

TENÓRIO, F. G. **Flexibilização organizacional, mito ou realidade?** Rio de Janeiro: Editora FGV, 2002.

TENÓRIO, F. G.. (Coord.). **Elaboração de Projetos Comunitários: uma abordagem prática**. São Paulo: Loyola, 1995.

THIOLLENT, M. Construção do conhecimento e metodologia da extensão. In: I CBEU – Congresso Brasileiro de Extensão Universitária - João Pessoa – PB, em 10 de novembro de 2002. **Anais...** Paraíba: CBEU, 2002.

THIOLLENT, M. **Metodologia da pesquisa-ação**. 4. ed. São Paulo: Cortez, 1988.

WAHLBRINCK, I.F.; PACHECO, L. M. D. **Extensão universitária: possibilidade de práxis libertadora pela ética do cuidado.** REGET/UFSM, Santa Maria, v.19, n.1, p.61-69.

---

Submetido em: 05/07/2019

Aprovado em: 09/08/2019